



Digníssima Senhora Presidente, Dignísimos Senhores Presidentes,
Senhores Juízes, Minhas senhoras e meus senhores,

Em nome do Tribunal Constitucional de Portugal, saúdo fraternalmente V. Exas. e as delegações a que presidem e dou-vos conta do grande prazer e da enorme honra de aqui estarmos, bem como da expectativa com que encaramos a realização desta Quadrilateral, votada, como sempre, à reflexão sobre questões com que o permanente fluir da vida nos vai surpreendendo, exigindo respostas às nossas jurisdições.

Tenho a certeza de que iremos partilhar momentos muito gratificantes de encontro, de debate e de enriquecimento recíproco, em vista de contributos para o enquadramento jurídico-constitucional dos complexos problemas que o mundo hodierno nos vai colocando, afetando a vida das pessoas, dos homens e mulheres concretos, que esperam de nós respostas.

O tema escolhido para esta Quadrilateral é “Os direitos das novas gerações: ambiente e saúde”.

Hoje, vivemos tempos do imediato e do contingente, em que a prodigiosa aceleração e profundidade das transformações do mundo e da própria vida das pessoas nos coloca perante problemas que exigem respostas para as quais nos defrontamos com cada vez maiores dificuldades e complexidades que, a maior parte das vezes, contribuem para um mais amplo desfasamento temporal entre os problemas e as respostas normativas.

É o tempo em que tudo parece possível, com os progressos civilizacionais a chocarem com o ambiente, a natureza e a biologia a perderem espaço para a manipulação genética, a possibilidade de se antecipar o início e o fim da vida, as neurociências a questionarem se o próprio ser humano, como tudo na natureza, não será um mero joguete das leis da física e a liberdade, a responsabilidade e a culpa meras ilusões.

Emergem, assim, problemas para os quais, na nossa sociedade secularizada, aberta e plural – e ao contrário do que sucedia nos tempos de monismo religioso, filosófico ou cultural e sociedades vergadas ao peso de credos ou mundivisões - o Direito não dispõe de categorias, princípios ou axiomas, unívocos, consensuais e, como tal, universais na vigência. Hoje, até mesmo categorias ou princípios dessa sociedade - como sucede com a “dignidade da pessoa humana”, o “primeiro e o mais imprescritível dos valores” do Estado de Direito – não são unívocos, a sua extensão e compreensão normativas estão longe de valerem de forma consensual e pacífica, sendo frequente assistir-se a situações em que, face a novas realizações das ciências da vida, há quem nelas veja expressões autênticas da dignidade, enquanto outros, ao invés, nelas veem atentados intoleráveis à mesma dignidade.

Foi, por isso, em boa hora que decidimos votar estas horas de reflexão ao exame de alguns dos problemas enunciados e dos muitos que se deixam adivinhar.

Para essa finalidade, não poderíamos ter encontrado melhor local do que esta Cidade Eterna, com vocação de abertura ao outro, tão bem expressa, por exemplo, no extraordinário filme *Roma Cidade Aberta*, de 1945, dirigido por Rossellini, passado em Roma durante a ocupação nazi em 1944, altura em que comunistas e católicos se unem para combater os alemães. Um dos filmes favoritos do Papa Francisco, marcado pelo carisma inigualável da então ainda jovem Anna Magnani, que diria deste



filme ser “o filme mais importante da minha vida”, que não pode deixar de tocar quem quer que seja, por exemplo, na força extraordinária da cena em que a grande atriz, com os braços estendidos, corre em direção à câmara, até a morte, ou naquela de Aldo Fabrizi, como padre, cujo fuzilamento final - enquanto reza o Pai Nosso - ficará como uma das imagens maiores da história do cinema.

É um prazer enorme encontrarmo-nos aqui em Roma, que tão importante é para a nossa civilização. De facto, nós, os Europeus, como bem disse Georges Steiner, somos filhos de Atenas, Jerusalém e Roma, no fundo, da cultura judaico-cristã e greco-romana. Nesse sentido, fomos capazes de construir uma “cultura europeia”, que sempre foi uma referência para os diferentes povos que constituem este Continente e o Mundo. É essa cultura, marcada pela tolerância e a solidariedade, que sempre nos uniu e que não podemos desbaratar.

Cabe precisamente aos Tribunais Constitucionais salvaguardar os nossos princípios básicos, a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito, um papel que ganha ainda mais importância em tempos de crise, como aqueles em que vivemos.

A cooperação entre Tribunais Constitucionais em grupos regionais é, nesse sentido, extremamente importante e esta Quadrilateral tem sido um exemplo de sucesso, permitindo uma inspiradora troca de informações e de conhecimentos entre nós.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estamos muito felizes por estar hoje aqui convosco e esperamos poder encontrarmo-nos pessoalmente com todos vós em muitas mais ocasiões.

Obrigado pela vossa atenção

José João Abrantes